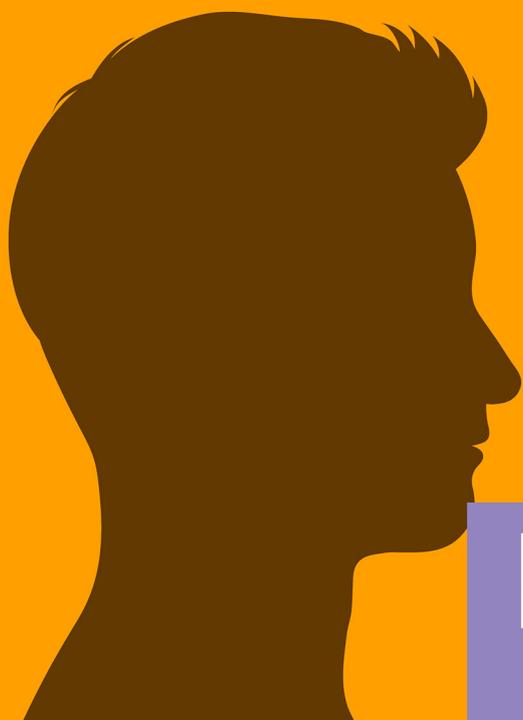


DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo da ciências sociais aplicadas
 1 [recurso eletrônico] / Organizador Carlos Antonio de Souza
 Moraes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-945-5
 DOI 10.22533/at.ed.455202101

1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.
 I. Moraes, Carlos Antonio de Souza.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Obra “Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Sociais Aplicadas” objetiva promover o debate científico através de problematizações totalizando 50 capítulos. De forma geral, a obra tem, predominantemente como linha condutora, o tema da desigualdade social e das políticas públicas. A desigualdade abordada, em alguns capítulos, a partir do debate em espaços urbanos e rurais, problematizando nestes espaços, a participação de sujeitos sociais, com destaque para as mulheres, assistentes sociais, profissionais de educação, estudantes, trabalhadores rurais, homossexuais, imigrantes, dentre outros. Tais estudos foram desenvolvidos em instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil, que apresentam análises pautadas em relevância acadêmica e impacto social, possibilitando-nos sua categorização em 2 volumes e 10 blocos, a saber:

O primeiro bloco do volume 1, compreendido entre o capítulo 01 e 09, problematiza a desigualdade social, as migrações contemporâneas e as políticas públicas; o segundo, organizado entre os capítulos 10 e 14 aborda temas vinculados ao trabalho precário, suas implicações para a saúde dos trabalhadores, além do exercício profissional de assistentes sociais em hospital. Posteriormente, o bloco 03, problematiza, entre os capítulos 15 e 19, a violência obstétrica, sexual, psicológica e física sofrida por mulheres, bem como, aborda, a qualidade de vida de estomizados. O bloco 04 discute, entre os capítulos 20 e 23, a gestão estratégica e o diagnóstico organizacional centrados no reconhecimento institucional, na eficiência administrativa e no capital psicológico.

O bloco 05 do volume 2, compreendido entre os capítulos 01 e 12 apresenta significativas contribuições sobre o debate da cidade, do planejamento urbano, da mobilidade urbana e da segurança pública. O bloco 06 aborda, entre os capítulos 13 e 16, o rural, as práticas e a produção agrícola. O bloco 07, compreendido entre os capítulos 17 e 18, discute a agroindústria e o agronegócio da avicultura; O bloco 08, problematiza entre os capítulos 19 e 23, elementos vinculados a educação básica, ao ensino médio, técnico e superior. Posteriormente, o bloco 09 apresenta, entre os capítulos 24 a 26, estudos que mediam o debate da educação com a cultura, além daqueles relacionados à arte, a diplomacia midiática e o jornalismo internacional; Por fim, o bloco 10, organizado no capítulo 27, recorre a sociologia da arte, para reconstruir a trajetória de juventude do poeta e intelectual, Ferreira Gullar.

Para construção dos capítulos, metodologicamente, os autores recorreram a pesquisas bibliográficas, empíricas, estudos de caso, dentre outros, a fim de contribuir para descortinar aparências e fundamentar o conhecimento de todos aqueles que se interessam pelos temas ora apresentados.

Por fim, o livro que o leitor tem em mãos, merece sua leitura atenta e cuidadosa,

capaz de germinar novas perguntas de pesquisa e contribuir para construção de novos tempos, por meio do enfrentamento da desigualdade social e do fortalecimento da democracia, da justiça social, dos direitos humanos, da política pública e do empenho no enfrentamento da violência e da discriminação, temas abordados ao longo deste volume e que nos desafiam para a tarefa de repensar o mundo.

Carlos Antonio de Souza Moraes

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL) | |
| Aleteia Hummes Thaines Daniel Luciano Gevehr Dilani Silveira Bassan | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021011 | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E ÍNICIO DO SÉCULO XXI | |
| Aline dos Santos Pimentel Abner Vilhena de Carvalho Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho Jarsen Luis Castro Guimarães | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021012 | |
| CAPÍTULO 3 | 26 |
| UMA COMPARAÇÃO DE POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE ENTRE AS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E ZONA DA MATA | |
| Stela Rodrigues Lopes Gomes Matheus Gomes do Carmo de Souza Alex Eugênio Altrão de Moraes | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021013 | |
| CAPÍTULO 4 | 46 |
| A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO | |
| Daniele do Nascimento Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021014 | |
| CAPÍTULO 5 | 66 |
| FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E “CRISE FISCAL” NA RECESSÃO DE 2015 E 2016: UMA ABORDAGEM NEOCARTALISTA | |
| Luiz Alberto Marques Vieira Filho | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021015 | |
| CAPÍTULO 6 | 88 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS | |
| Priscilla Paola Severo Clovis Gorczewski | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021016 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | 101 |
| ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA /PR, À APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL | |
| Huama Maximo Elizete Conceição Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021017 | |
| CAPÍTULO 8 | 112 |
| UNIÃO HOMOAfetiva: DO PATRIARCALISMO À LEGALIZAÇÃO | |
| Marina Quirino Itaborahy Julie Affoso Novaes Victória Penha de Oliveira Fernanda Lourenço da Silva Gustavo Schaper Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021018 | |
| CAPÍTULO 9 | 126 |
| A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB | |
| Camila Luana Teixeira Freire Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.4552021019 | |
| CAPÍTULO 10 | 137 |
| MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS VALORES CULTURAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO ATRATIVOS PARA ÀS MULHERES | |
| Inácio Ferreira Façanha Neto Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha | |
| DOI 10.22533/at.ed.45520210110 | |
| CAPÍTULO 11 | 151 |
| TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA | |
| Jéssica Pereira Cosmo da Silva Larissa dos Santos Ferreira Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.45520210111 | |
| CAPÍTULO 12 | 162 |
| O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP | |
| Jéssica Pereira Cosmo da Silva Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.45520210112 | |

CAPÍTULO 13 174

COMPLIANCE: ENFRENTAMENTO DAS PATOLOGIAS CORRUPATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS PELA CADEIA PRODUTIVA NO MUNDO DA MODA

Maira Angélica Dal Conte Tonial
Jacson Bacin Vicente

DOI 10.22533/at.ed.45520210113

CAPÍTULO 14 186

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: UM ESTUDO DE CASO

Roberta Clévia Malaquias de Oliveira
Anarita de Souza Salvador
Kátia Gerlânia Soares Batista

DOI 10.22533/at.ed.45520210114

CAPÍTULO 15 196

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Edinilza da Silva Machado Medeiros
Andréia de Oliveira Silva
Carlana Faria Rocha
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

DOI 10.22533/at.ed.45520210115

CAPÍTULO 16 205

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA AO LONGO DA VIDA E NOS ÚLTIMOS 12 MESES: ESTUDO EM UMA MATERNIDADE

Bruna Venturin
Franciéle Marabotti Costa Leite
Dherik Fraga Santos
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Mariana Zoboli Ambrosim
Luíza Eduarda Portes Ribeiro
Jasmine Cristina Soares Xavier
Maria Luiza Cunha Santos
Joyce Ferreira Reis
Solange Drummond Lanna

DOI 10.22533/at.ed.45520210116

CAPÍTULO 17 215

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER

Mayara Alves Luis
Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Karina Rosa Paiva
Tamires Paulo Ceccon
Karina Fardin Fiorotti
Dherik Fraga Santos
Odelle Mourão Alves
Getúlio Sérgio Souza Pinto

DOI 10.22533/at.ed.45520210117

CAPÍTULO 18 225

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO NA VIDA E NO ÚLTIMO ANO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Mayara Alves Luis
Odelle Mourão Alves
Letícia Peisino Buleriano
Sthéfanie da Penha Silva
Gracielle Pampolim
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Fábio Lúcio Tavares

DOI 10.22533/at.ed.45520210118

CAPÍTULO 19 236

QUALIDADE DE VIDA DE ESTOMIZADOS: UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Maurício Almeida
Mauro Lúcio de Oliveira Júnior
Rodrigo Silva Nascimento
Keveenrick Ferreira Costa
Priscila Figueiredo Campos

DOI 10.22533/at.ed.45520210119

CAPÍTULO 20 251

MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA OPÇÃO À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Fernanda Schuhli Bourges

DOI 10.22533/at.ed.45520210120

CAPÍTULO 21 266

GESTÃO ESTRATÉGICA E ORGANIZACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E CERÂMICO

Andrey Teixeira
César Niero
Eduardo de Sousa Gaspar
Eduardo Pavan Rodrigues
Hildebrando da Rocha de Souza Neto
Ian Nunes
Jean Bergmam
João Vitor Correa Bressan
Larissa Pereira
Lucas Buratto
Marcelo Henrique Antonin
Richardy Willian Felisberto

DOI 10.22533/at.ed.45520210121

CAPÍTULO 22 284

GUIA ELETRÔNICO DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA CURITIBA/PR DESCRIPTIVE ELECTRONIC GUIDE OF DUTIES AND ACTIVITIES IN A PUBLIC INSTITUTION CURITIBA/PR

Patricia de Matos

DOI 10.22533/at.ed.45520210122

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 23 | 290 |
| CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE CAPITAL PSICOLÓGICO (<i>PSYCAP</i>) | |
| Valeria Araujo Furtado | |
| DOI 10.22533/at.ed.45520210123 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 309 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 310 |

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER

Data de aceite: 06/01/2020

Mayara Alves Luis

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Franciéle Marabotti Costa Leite

Doutora em Epidemiologia (UFPel). Professora do Departamento de Enfermagem - UFES. Vitória, Espírito Santo.

Ranielle de Paula Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Karina Rosa Paiva

Acadêmica de Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Tamires Paulo Ceccon

Acadêmica de Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Karina Fardin Fiorotti

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Dherik Fraga Santos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Odelle Mourão Alves

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Enfermagem – UFES. Vitória, Espírito Santo.

Getúlio Sérgio Souza Pinto

Mestre em Psicologia institucional – UFES. Vitória, Espírito Santo.

RESUMO: Introdução: A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública presente em todos os ciclos de vida. O objetivo desse estudo foi identificar a prevalência dos tipos de violência sexual ao longo da vida e no último ano. Método: Estudo descritivo. A coleta de dados ocorreu em uma maternidade de baixo risco, da Grande Vitória, Espírito Santo, entre os meses de agosto e outubro de 2017. Foram entrevistadas 330 puérperas. Resultados: A maioria (58,5%) das mulheres tinha até 24 anos, não branca (87,9%), com nove ou mais anos de estudo (64,2%) e estava em união consensual (52,1%). Observa-se que a prevalência da violência sexual na vida, praticada pelo parceiro íntimo, variou de 3,0 a 9,1% e a frequência do evento nos últimos 12 meses variou de 0,3 a 1,8%. Conclusão: A violência sexual praticada pelo parceiro íntimo é um agravo presente entre as mulheres, que se manifesta de diferentes maneiras. São necessárias ações para o reconhecimento deste evento, bem como, o fortalecimento da rede de cuidados e proteção às vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Violência Doméstica; Violência de Gênero; Maus-Tratos Conjugais; Delitos Sexuais.

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres configura-

se como um agravo complexo, multideterminado, que dentre as suas categorizações apresenta a violência do tipo sexual, definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) como:

Todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho.

Nesse contexto, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, o crime de estupro é definido como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009).

Dados epidemiológicos de um importante estudo multicêntrico realizado pela OMS, em diversos países (GARCIA-MORENO *et al*, 2006), evidenciam prevalências de violência sexual perpetrada por parceiro íntimo ao longo da vida, em torno de 6,2 % no Japão e 58,6 % na Etiópia. Segundo dados desse mesmo estudo, no Brasil, na região da Zona da Mata, a prevalência de violência sexual foi de 14,3%. No estado do Espírito Santo, pesquisa realizada nos serviços de saúde de Vitória revelou prevalência de 5,7 % de violência sexual por parceiro íntimo ao longo da vida (LEITE *et al*, 2017).

Além dos dados de pesquisa de campo apresentados, é importante refletir que de modo geral, o abuso sexual, no âmbito da gestão pública, possui uma base de dados marcada pela subnotificação, não revelando a real dimensão do problema; haja vista que uma quantidade expressiva das vítimas não reporta o crime às autoridades (WASELFISZ, 2015). Segundo o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) apenas 10 a 15% dos casos de estupros são registrados (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Quanto ao perfil das vítimas de violência sexual praticada pelo parceiro íntimo, nota-se conforme Passos, Gomes e Gonçalves (2018), que mulheres jovens, de baixa escolaridade e solteiras estão entre as mais susceptíveis ao abuso sexual por ainda não terem status profissional consolidado e menor suporte social o que favorece possível dependência financeira do parceiro e, com isto, uma dependência emocional e submissão ao perpetrador. Nesse mesmo sentido, estudo realizado por Leite (2017) aponta como mulheres mais vulneráveis à violência sexual aquelas com menor renda familiar e com história de violência sexual na infância.

Ainda, é importante considerar que a violência sexual contra a mulher traz consigo consequências severas à saúde das vítimas, como o aumento do número de gravidezes indesejadas, abortos, infecções sexualmente transmissíveis, complicações ginecológicas, físicas e psicológicas, além do uso de substâncias como

álcool e tabaco, ocasionando prejuízos no bem-estar físico, sexual, reprodutivo, psicológico e nas relações interpessoais por gerações ou uma vida inteira (REZA *et al*, 2009; OMS, 2012).

Nesse contexto, mulheres que vivenciam a violência, acabam por procurar mais o serviço de saúde, principalmente em associação com a gravidade e a reiteração desse tipo de violência (SCHRAIBER; BARROS; CASTILHO, 2010). Dessa forma, a violência contra a mulher passa a ser uma realidade recorrente dos profissionais de saúde, sobretudo na atenção básica (GUEDES; FONSECA; EGRY, 2013).

Logo, os profissionais de saúde são uma grande ferramenta para rastreio de mulheres em situação de violência, podendo oferecer atendimento imediato, redução de danos e garantindo encaminhamento para outros setores, incluindo serviços legais e sociais. O desafio é capacitar esses profissionais para que sejam capazes de identificar as vítimas que são assistidas nos estabelecimentos de saúde, para que possam fornecer um atendimento de qualidade e notificar a violência ((LEITE, 2016; ROSA. *et al.*, 2018; SILVA. *et al.*, 2018. Além da assistência prestada pelo setor da saúde, a atuação multidisciplinar formada por vários profissionais de diferentes especialidades, atuando como grupo, é importante para reconhecer à vítima de violência como um todo, com atitude humanizada (COSTA, *et al.* 2013)

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo identificar as formas de violência sexual contra a mulher, perpetradas por parceiro íntimo ao longo da vida e nos últimos 12 meses.

2 | MÉTODO

Estudo epidemiológico, observacional do tipo descritivo. A pesquisa foi realizada em uma maternidade pública da grande Vitória, Espírito Santo. Foram convidadas a participar do estudo puérperas com no mínimo 24 horas de pós-parto. Além disso, as mesmas deveriam ter no momento da entrevista ou ter tido parceiro íntimo durante a gestação. Definiu-se parceiro íntimo como o companheiro ou ex-companheiro, independentemente da união formal, e namorados atuais desde que mantendo relações sexuais (SCHRAIBER, 2007). Foram excluídas mulheres com incapacidade de comunicação devido a déficit intelectual ou sensorial que impossibilitasse o entendimento adequado das questões.

Em caso de aceite para participação do estudo, as mulheres assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, e, posteriormente foi iniciada a coleta de dados, em um local privativo e de modo individual, somente com a presença da entrevista e entrevistadora e, se necessário, o recém-nascido.

O formulário de pesquisa teve questões para investigar as características sociodemográficas (faixa etária, raça/cor, escolaridade e situação conjugal). Para o

rastreamento da violência sexual ao longo da vida e nos últimos 12 meses, perpetrada pelo parceiro íntimo, foi utilizado o instrumento elaborado pela Organização Mundial de Saúde intitulado “World Health Organization Violence Against Women (WHO VAW)”. Esse instrumento foi validado e segundo Schraiber *et al* (2010b), os resultados da análise fatorial permitem afirmar que o instrumento em língua portuguesa se mostrou adequado e pode ser utilizado em pesquisas que estudem a violência contra a mulher por parceiros íntimos.

Ao final da entrevista, todas as mulheres receberam folhetos explicativos com os serviços de atendimento a mulher vítima de violência.

Foi feita uma análise univariada, de forma descritiva, e os dados apresentados em frequência bruta, relativa e seus intervalos de confiança. Os dados foram tratados de maneira sigilosa, sendo trabalhados através do pacote estatístico STATA 15.0.

A fim de atender às exigências éticas contempladas na resolução para pesquisas com seres humanos (Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012), esse projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo.

3 | RESULTADOS

A tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica das mulheres puérperas participantes do estudo. Observa-se que mais da metade tinham até 24 anos de idade (58,5%), se declararam não brancas (87,9%) e viviam com o companheiro em união consensual (52,1%), no entanto, não eram casadas. A maioria (64,2%) das mulheres tinham nove anos ou mais de estudo.

| Variáveis | n | % | IC 95% |
|----------------------------|----------|----------|---------------|
| Faixa Etária | | | |
| Até 24 anos | 193 | 58,5 | 53,1 – 63,7 |
| 25 anos ou mais | 137 | 41,5 | 36,3 – 46,9 |
| Raça/Cor | | | |
| Branca | 40 | 12,1 | 9,0 – 16,1 |
| Não branca | 290 | 87,9 | 83,9 – 91,0 |
| Escolaridade (anos) | | | |
| 0 a 8 | 118 | 35,8 | 30,7 – 41,1 |
| 9 ou mais | 212 | 64,2 | 58,9 – 69,2 |
| Situação Conjugal | | | |
| Casada | 93 | 28,2 | 23,6 – 33,3 |
| União Consensual | 172 | 52,1 | 46,7 – 57,5 |
| Solteira | 65 | 19,7 | 15,7 – 24,4 |

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica das mulheres internadas em uma maternidade pública do município de Cariacica, Espírito Santo, agosto a outubro de 2017. (N= 330)

No que tange as vivências de violência sexual na vida, verifica-se que 9,1% já tiveram relação sexual por medo do parceiro e 6,1% já foram forçadas fisicamente a ter relação sexual, enquanto, 3,0% foram forçadas a ter relação sexual degradante e/ou humilhante.

Ao observar as vivências de violência sexual no último ano, predominou-se a relação sexual por medo do parceiro (1,8%) seguidas da relação sexual forçada (1,2%) e a prática sexual degradante e/ou humilhante (0,3%) (Tabela 2).

| Variáveis | Ao longo da vida | | | Nos últimos 12 meses | | |
|--|------------------|------|-------------|----------------------|------|-------------|
| | N | % | IC95% | N | % | IC95% |
| Ao longo da vida | | | | | | |
| Foi forçada a ter relação sexual | | | | | | |
| Não | 310 | 93,9 | 90,8 – 96,1 | 326 | 98,8 | 96,8 – 99,5 |
| Sim | 20 | 6,1 | 3,9 – 92,3 | 04 | 1,2 | 0,4 – 3,2 |
| Teve relação sexual por medo do parceiro | | | | | | |
| Não | 300 | 90,9 | 87,3 – 93,6 | 324 | 98,2 | 96,0 – 99,2 |
| Sim | 30 | 9,1 | 6,4 – 12,7 | 06 | 1,8 | 0,8 – 4,0 |
| Forçada a prática sexual degradante e/ou humilhante | | | | | | |
| Não | 320 | 97,0 | 94,4 – 98,4 | 329 | 99,7 | 97,9 – 99,9 |
| Sim | 10 | 3,0 | 1,6 – 5,5 | 01 | 0,3 | 0,04 – 2,1 |

Tabela 2 – Prevalências dos tipos de violência sexual ao longo da vida e nos últimos 12 meses, praticada pelo parceiro íntimo. Cariacica, Espírito Santo, agosto a outubro de 2017. (N= 330).

4 | DISCUSSÃO

A violência sexual praticada pelo parceiro íntimo, segundo a Lei Maria da Penha, é uma violência doméstica e, ocorre com maior frequência em um lugar onde se espera ser seguro e protetor, a residência (KRUG *et al*, 2002; BRASIL, 2005). Vale conjecturar que as normas sociais historicamente construídas ditam a assimetria das relações quando designa ao homem o papel de dominador, assim como, coloca a mulher em um local de subordinação, contribuindo para que a mulher pense como dever conjugal a obrigatoriedade da relação sexual (BERGER, GIFFIN, 2005; GUEDES, SILVA, FONSECA, 2009).

Esse fenômeno é uma agressão impiedosa e persistente, classificada como uma violência de gênero, uma manifestação extrema de poder do homem sobre a mulher, na resignificação submissa do seu corpo tornado objeto (BANDEIRA, 2014). A assimetria de poder é símbolo característico das relações de gênero que no âmbito da violência assume diferentes práticas de dominação, entre estas a violência sexual (CHACHAM; JAYME, 2016).

No presente estudo os tipos de violência sexual mais prevalente foram o

de ter mantido relação sexual por medo do parceiro, seguido da relação sexual forçada. Esses achados se assemelham aos encontrados por Rosa *et al* (2018) e SCHRAIBER *et al* (2008). Importante refletir acerca desse resultado, uma vez que a recusa ao sexual com o parceiro pode ser compreendido pelo mesmo como uma possível traição e como um contrapoder, o que leva a discussões, agressões e a própria violência sexual (GOMES, DINIZ 2008). Além disso, o resultado pode ter relação com outros motivos, como a dependência financeira, a submissão, o sentimento de pena do marido, o tempo de vida juntos (DE SOUZA, DA ROS 2006), bem como, o medo da agressão física (BERGER, GIFFIN, 2005).

Outro achado da pesquisa mostra uma prevalência de vivência de relação sexual humilhante e/ degradante, ao longo da vida, de 3,0% entre as participantes. Dados semelhantes a estes também podem ser vistos em um estudo do Rio Grande do Sul que aborda o perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro mostrando uma prevalência de violência sexual de 9,0% entre as mulheres e desses, há uma prevalência de prática de relação sexual humilhante de 1,2% (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005). Além disso, um estudo realizado no Distrito Federal apresenta uma prevalência de 12% no decorrer da vida e de 6% no último ano com relação à prática sexual degradante e/ ou humilhante entre as mulheres (MOURA, VASCONCELOS, 2008).

A violência sexual se manifesta no poder do homem ao forçar a mulher a manter relação sexual independentemente da sua vontade, tratando-a como objeto sexual (ACOSTA, 2015). O estupro marital é confundido com o “débito conjugal” que tem suas raízes no machismo, em que é um dever da mulher de realizar ato sexual com seu marido, mesmo sem sua vontade, e com uso de violência ou ameaça para praticar tal ato. Muitas mulheres não denunciam esse tipo de agressão, pois entendem que sexo no casamento é uma obrigação, e, portanto, não usam de sua liberdade sexual e seu direito de escolha (DE VASCONCELOS; PONTES; SILVA 2015), e assim a maioria não procura ajuda, mantendo o ciclo da violência (MOURA, VASCONCELOS, 2008).

Outra questão a ser considerada são os danos que podem ser gerados pela vivência da violência sexual os quais podem subsistir a vida inteira e estar conectados ao bem-estar físico, a questões emocionais, mentais, sociais, sexuais e reprodutivas das mulheres agredidas. Entre as implicações desta agressão, abarcam-se gravidez e infecções sexualmente transmissíveis (IST), englobando HIV/Aids (OMS, 2012).

Desta maneira, o setor saúde, tem papel relevante na atenção às mulheres vitimadas sexualmente, a fim de minimizar os danos decorrentes desse evento (VERTAMATTI *et al*, 2013). O profissional de saúde deve além de promover o cuidado, realizar o encaminhamento intersetorial e notificar a violência (BRASIL, 2012), uma vez que as informações das violências vivenciadas contribuem como importantes

subsídios para intervenções de prevenção e proteção, podendo fortalecer ainda a estruturação, articulação e integração dos serviços em rede de atenção (DELZIOVO, 2018).

Nesse cenário, a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) precisa apropriar-se da responsabilidade tanto do direito de atendimento às vítimas de violência sexual como do registro dos dados. Nesta perspectiva as normatizações devem ser seguidas de processos de educação permanente, para os gestores e profissionais de saúde, com a finalidade de que o direito à saúde seja efetivo (DELZIOVO, 2018).

Para assegurá-las seus direitos e atenção a todos os seus aspectos biopsicossociais, outros profissionais, além da área da saúde, também apresentam papel relevante no atendimento multidisciplinar às vítimas de violência sexual. Sendo assim, a presença dos profissionais da área jurídica, da assistência social, da pedagogia, da segurança pública e dos gestores de políticas para as mulheres, é necessária a fim de garantir a capilaridade do atendimento, ampliando o acesso das mulheres aos serviços. Portanto, a formação permanente de agentes públicos, assegura um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência e evita a revitimização destas nos serviços (BRASIL, 2011).

Como limitação do estudo aponta-se a possibilidade de ocorrer um viés de informação, o que pode levar a prevalências de violência sexual subestimada. Isso pode ocorrer porque as mulheres vítimas de violência podem se sentir envergonhadas e, portanto, omitirem a violência sofrida. Todavia, para minimizar tal ocorrência, as mulheres foram entrevistadas individualmente, em um espaço privado e com a presença apenas de uma entrevistadora.

5 | CONCLUSÃO

Esse estudo possibilitou a identificação das prevalências dos tipos de violência sexual contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo sendo constatada a vivência por parte das mulheres de relações sexuais por medo do parceiro; relações sexuais forçadas fisicamente e do tipo degradante e/ou humilhante.

Tal agravo muitas vezes não é reconhecido pela sociedade e pela própria mulher como uma violência, o que torna fundamental com que ações que visem à compreensão por parte da população sobre esse tipo de abuso, a ruptura com o modelo machista e o respeito à liberdade feminina sejam postos em debate.

Além disso, às mulheres é fundamental oferecer informações suficientes para que as mesmas reconheçam os relacionamentos do tipo abusivos, dando a elas possibilidades de romper com vínculos prejudiciais. Por fim, é primordial fortalecer a rede de cuidados às vítimas de violência, envolvendo os diferentes profissionais

em discussões e reflexões acerca do reconhecimento da violência e do seu manejo.

6 | FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Edital FAPES/CNPq nº: 04/2017. Processo nº: 106/2017.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D.F. et al. **Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema.** Rev Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 24 n. 1, p. 121-7, Jan-Mar. 2015.

BANDEIRA LM. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Soc. estado. Brasília, v. 29 n. 2 p. 449-469, Ago. 2014.

BERGER, S. M. D., GIFFIN, K. **A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?** Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, mar/abr, 2005.

BRASIL. Lei no 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 10 de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 ago. 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.** Brasília: DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes:** Norma técnica. 3ª ed. Brasília: DF; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública 2019.** São Paulo, 2019. (p. 114 – 119).

CHACHAM AS, JAYME JG. **Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade: As experiências de mulheres jovens em Belo Horizonte.** Civitas, Rev. Ciênc. Soc, Porto Alegre, v. 16, n.1, e1, Mar. 2016.

COSTA, et al. **Assistência multiprofissional à mulher vítima de violência: atuação de profissionais e dificuldades encontradas.** Cogitare Enferm, Paraná, v. 18, n. 2, p: 302-9. Abr/Jun. 2013.

DE SOUZA, P. A; DA ROS, M. A. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n. 40, p. 509-527, jan. 2006.

DE VASCONCELOS, M. A .L; PONTES, I. O; SILVA, J.W.P. **Violência Sexual nas relações conjugais e a possibilidade de configurar-se crime de estupro marital.** Rev Cadernos De Graduação. v. 2, n. 3, 2015.

DELZIOVO, C. R. et al . **Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1687-1696, Mai 2018.

GARCIA-MORENO, C. et al. **Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence.** *Lancet*. v. 368, n. 9543, p. 1260-9. 2006.

GOMES, N. P, DINIZ, N. M. F. **Homens desvelando as formas da violência conjugal.** *Rev Acta Paul Enferm. São Paulo*, v. 21, n. 2, p.262-7. 2008.

GUEDES, R. N.; FONSECA R. M. G. S.; EGRY, E. Y. **Limites e possibilidades avaliativas da estratégia saúde da família para a violência de gênero.** *Rev. Esc. Enfermagem USP. São Paulo*, v. 47, n. 2, p. 304-11. Abr. 2013.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. **A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres.** *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. Rio de Janeiro*, v.13, n.3, p. 625-631, jul./set., 2009.

KRONBAUER, J. F. D; MENEGHEL, S. N. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro.** *Revista de Saúde Pública, Porto Alegre*, v. 5, n. 39, p.695-701, jun. 2005.

KRUG EG, et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2002.

LEITE, F. M. C. **Violência contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo e suas implicações na prevenção do câncer de colo do útero. 2016.** 196f. Tese (Doutorado em Epidemiologia) – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2016.

LEITE, F. M. C. et al. **Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil.** *Revista de Saúde Pública, São Paulo*, v. 51, n. 33, Abr. 2017.

MOURA, L. B. A; VASCONCELOS, A. M. N. **Violências contra mulheres por parceiros íntimos no Varjão, Distrito Federal.** In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxamungu-MG. Anais, 2008. p. 1 – 16.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência.** Genebra: OMS; 2012.

PASSOS, A. I. M; GOMES, D. A. Y; GONCALVES, C. L. D. **Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas.** *Rev. Bioét. Brasília*, v. 26, n. 1, p. 67-76, Jan. 2018.

REZA, A. et al. **Sexual violence and its health consequences for female children in Swaziland: a cluster survey study.** *The Lancet*, v. 373, n. 9679, p. 1966–1972, Jun. 2009.

ROSA, D. O. A. et al. **Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados.** *Saúde em Debate*, v. 42, n. especial 4, p. 67-80, 2018.

SCHRAIBER, L.B et al. **Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil.** *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 41, n. 5, p. 797-807, Out. 2007.

SCHRAIBER, L. B; BARROS, C. R. S; CASTILHO, E. A. **Violência contra as mulheres por parceiros íntimos: usos de serviços de saúde.** *Rev. bras. epidemiol. São Paulo*, v. 13, n. 2, p. 237-245, jun. 2010.

SCHRAIBER, L. B. et al. **Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher.** *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 44, n. 4, p. 658-666, Ago. 2010b.

SCHRAIBER, L. B; D'OLIVEIRA, A. F. P. L; FRANCA JUNIOR, I. **Intimate partner sexual violence**

among men and women in urban Brazil, 2005. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 42, supl. 1, p. 127-137, Jun. 2008.

SILVA, T. M. et al. **Perfil reprodutivo e ginecológico de mulheres em situação de violência.** Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental, v. 10, n. 4 p. 986-990, 2018.

VERTAMATTI, M. A. F. et al. **Tempo decorrido entre agressão sexual e a chegada aos serviços de saúde no Brasil.** Rev. bras. crescimento desenvolv. Hum, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 46-51. 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília (DF): FLACSO; 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acm Neto 46, 65

Administração pública 27, 34, 179, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 284, 285, 292, 297, 298, 306

Amazônia legal 14, 16, 20, 23, 24, 25

B

Bibliometria 290

C

Capital psicológico 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 306, 307, 308

Ciências sociais aplicadas 88, 266, 267

Comportamento organizacional positivo 290, 291, 293, 294, 300, 306

Comunicação 10, 111, 159, 214, 217, 255, 259, 265, 284, 285, 286, 288, 289

Consenso 52, 54, 71, 251, 255, 256, 259, 261, 263

Crescimento 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 59, 67, 68, 69, 73, 143, 148, 165, 224, 268, 274, 276, 277, 289, 307

D

Delitos sexuais 215

Desenvolvimento 1, 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33, 37, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 69, 72, 86, 89, 95, 97, 98, 99, 101, 128, 141, 147, 148, 154, 158, 174, 176, 177, 180, 184, 185, 188, 196, 206, 226, 234, 240, 251, 265, 271, 274, 281, 282, 287, 291, 292, 293, 294, 295, 306

Desigualdade 5, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 128, 129, 131, 134, 210, 211, 222, 231

Direito penal e violência obstétrica 197, 198

Direitos das mulheres 197, 198

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 43, 46, 49, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 91, 95, 99, 100, 109, 111, 130, 133, 134, 140, 146, 149, 184, 195, 212, 214, 221, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 249, 251, 283, 290, 303, 306

Eficiência 9, 30, 35, 39, 43, 49, 167, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272

Empresas atrativas 137

Enfrentamento da pobreza 46, 48

Engenharia de produção 266, 267, 282

Epidemiologia 196, 205, 206, 213, 215, 223, 225, 234

Estomizados 236, 237, 238, 240, 242, 245, 246, 248, 249

Estratégia 25, 52, 53, 55, 64, 83, 166, 184, 223, 231, 234, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 280, 281, 282

Exercício profiíssional 186

G

Gestão e mapeamento de processos 284

Guia descritivo de atividades 284

I

Industria cerâmica 267

L

Legalização 112, 113, 119, 122, 123

Longevidade 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24

M

Maus-tratos conjugais 205, 215, 226

Mediação 189, 251, 252, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 265

Mercado financeiro 267, 273, 275

Mulheres no mercado de trabalho 137, 140, 143

N

Negação de direitos 135, 151

O

Organizacional 49, 137, 138, 141, 142, 146, 148, 149, 150, 155, 266, 267, 271, 272, 273, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 300, 303, 306, 307

Ostomia 236, 239, 249, 250

P

Participação 9, 26, 27, 34, 49, 91, 92, 110, 138, 140, 156, 184, 185, 217, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 272, 280, 281, 286

Patriarcalismo 112

Pesquisa qualitativa 53, 102, 143, 236, 240, 249, 272, 283

Pobreza 16, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 129, 133, 135, 136, 237

Política da saúde 186

Precarização do trabalho 151, 153, 172

Psicologia positiva 290, 291, 293, 294, 307

Psycap 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Q

Qualidade de vida 15, 17, 18, 32, 138, 146, 197, 211, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 292

R

Renda 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 62, 63, 73, 79, 92, 134, 169, 170, 216

S

Saúde do trabalhador 151, 152, 153, 154, 157, 162, 163, 167, 168, 171, 172, 173

Serviço social 64, 126, 127, 136, 152, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 214, 309

U

União homoafetiva 112, 113, 114, 115, 117, 124, 125

V

Valores culturais 137, 138, 139, 141, 142, 144, 146, 148

Violência 95, 131, 134, 135, 136, 178, 182, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Violência contra a mulher 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 232, 233, 234, 235

Violência de gênero 131, 197, 212, 213, 215, 219, 220, 222, 223, 226, 233, 234

Violência doméstica 206, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 226, 230, 231, 233, 234, 235

Violência no parto 197, 198, 204

Violência obstétrica 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Violência por parceiro íntimo 205, 210, 214, 226, 231, 233, 235

 **Atena**
Editora

2 0 2 0